

Entrevista exclusiva

D. Luciano ataca o CSN e diz que órgão é autoritário

MARCELO XAVIER DE MENDONÇA

Repórter da Sucursal de Brasília

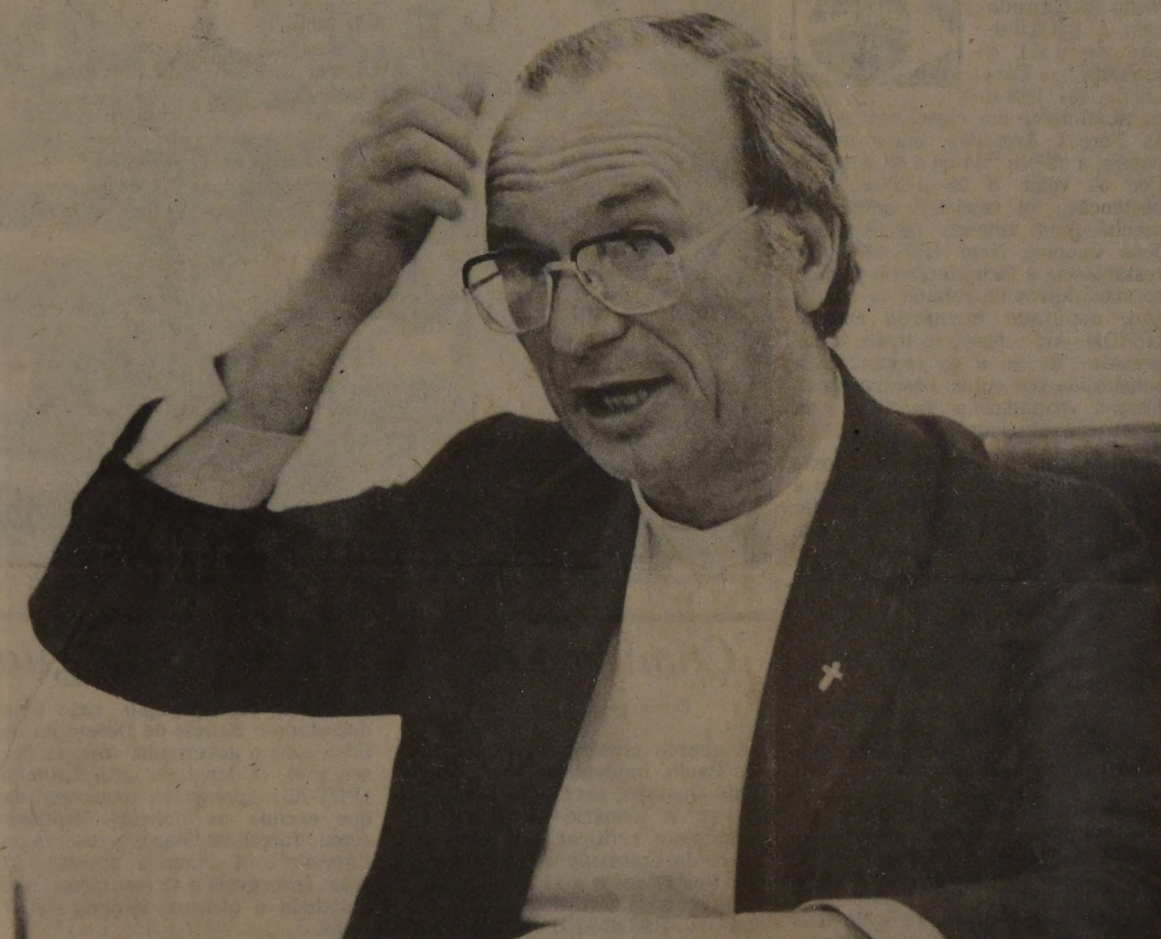
O Conselho de Segurança Nacional (CSN) "exerce atribuições que não lhe são devidas, e que pareciam superadas, porque recordam tempos de autoritarismo e arbitrariedade". A afirmação é do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, ao comentar a publicação de reportagens na Folha sobre doze estudos sigilosos que a Secretaria Geral do CSN produziu, com ataques à atuação da Igreja Católica no Brasil.

Em entrevista exclusiva, na manhã de quinta-feira, d. Luciano, 57, disse não saber "a que atribuir a remessa" dos documentos (cujas cópias foram obtidas com exclusividade pela Folha, que revelou sua existência no último sábado) à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) numa suposta conspiração internacional destinada a limitar a soberania do Estado sobre as áreas indígenas da Amazônia.

Na última quarta-feira, acompanhado pelo secretário-geral da CNBB, d. Celso Queiroz, d. Luciano pediu (e teve) uma audiência com o presidente José Sarney para reclamar do envio dos estudos à CPMI. "O CSN pelo visto endossa esse material, pois o ofereceu sem a devida análise e juízo crítico", disse o bispo, que havia afirmado anteontem que não saber a autoria do documento e ter pedido a Sarney para averiguar a sua "procedência". D. Luciano considera "inadmissível" que o CSN "não tivesse a capacidade de verificar a improcedência das acusações e a precariedade das análises" que os estudos contêm.

A entrevista começou às 8h30, na sede da CNBB em Brasília, e continuou no carro que levou d. Luciano ao aeroporto, onde embarcou às 10h30 com destino a Campo Grande (MS), para uma palestra. Antes, ele ainda falou rapidamente a um grupo de cursilhistas que realizavam um encontro no Centro de Convenções da capital, e quase perdeu o avião. A seguir, os trechos mais importantes da entrevista:

Folha — A Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional considera a atuação da Igreja —destacando a CNBB e o Cimi— um possível risco para a soberania brasileira, no trato da questão indígena. Os documentos falam do perigo de "esfacelamento do território nacional". Como o sr. reage a essa acusação?



D. Luciano Mendes de Almeida, presidente da CNBB, dá entrevista à Folha na sede da entidade, em Brasília

D. Luciano Mendes de Almeida — Devo afirmar com clareza que, em nenhum momento, a CNBB e o Cimi tiveram dúvida a respeito da soberania nacional. Trata-se apenas de entender, numa dimensão cultural, a conveniência de que as populações indígenas tenham asseguradas as condições de sobrevivência e de identidade da própria cultura, dentro da mesma cidadania nacional. Em nenhum momento foi aventada a hipótese de seccionar o território nacional.

Folha — Os documentos produzidos pela SG/CSN dão muita atenção à atuação de religiosos estrangeiros. Na visão da SG/CSN, as atividades desses religiosos muitas vezes contrariam os "objetivos nacionais". São relacionados, inclusive, 118 religiosos que estariam violando a Lei

dos Estrangeiros, recomendando a instauração de inquéritos para uma eventual expulsão do país.

"Não podemos aceitar a abertura das terras indígenas ao lucro"

D. Luciano — Para nós cristãos, não há estrangeiros. Há irmãos que se dedicam a outros irmãos, e com sacrifício grande da própria vida.

Folha — E quanto à relação dos religiosos que estariam violando a Lei dos Estrangeiros?

D. Luciano — Essa relação existe, mas não oferece critério de escolha, torna-se até, digamos, não só superficial, porque infundada, mas até

mesmo acintosa na sua suposição, porque acusa bispos e missionários de uma ação contrária ao Estado.

Folha — E a respeito de a atuação desses religiosos prejudicar os "objetivos nacionais"?

D. Luciano — Essa referência coloca de modo explícito a questão da Lei de Segurança Nacional, com os conhecidos objetivos nacionais. A pergunta que cabe nesse momento é a de saber qual é o tipo de Estado e de regime político no qual nós estamos vivendo. Enquanto —até se apregoa— desejamos que o Brasil tenha ingresado num período de intensa democratização. Dentro dessa perspectiva, não vemos como seja possível defender a figura de um Estado autoritário, que tem tudo em suas mãos, e dispõe da vida dos seus cidadãos, sem assegura-

Moreira Mariz

rar a devida liberdade e participação.

Folha — A que o sr. atribui, então, que um organismo militar vinculado à Presidência da República produza documentos com esse teor?

D. Luciano — Confesso que eu mesmo gostaria de fazer essa pergunta. No momento em que todos acompanhamos os trabalhos da Constituinte, possa ser publicado por um jornal de grande divulgação que o CSN exerce atribuições que não lhe são devidas e que pareciam superadas, porque recordam tempos de autoritarismo e arbitrariedade.

Folha — O sr. foi ontem (4/11) ao Palácio do Planalto reclamar ao presidente Sarney que a SG/CSN tenha produzido esses documentos. O que exatamente o sr. pediu ao presidente?

D. Luciano — Depois de conhecermos a reportagem publicada pela Folha de S. Paulo e seus elementos, achamos de nosso dever requisitar uma audiência ao presidente da lica, para apresentarmos o nosso desapontamento pelo fato de que esse conjunto de documentos foi oficialmente encaminhado à Comissão Parlamentar de Inquérito que apura os fatos relativos aos documentos publicados pelo "O Estado de S. Paulo", documentos cuja falsidade já tivemos ocasião de nos pronunciar muitas vezes. Eu não podia deixar de apresentar ao presidente o nosso desapontamento diante da matéria. Nosso desencanto nasce do fato desse material ter sido encaminhado aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito com o aval atual da SG/CSN. A pergunta é: o que significa a remessa desse material? O CSN pelo visto endossa esse material, pois o ofereceu sem a devida análise e juízo crítico.

Folha — Os documentos mostram que existe um incômodo dentro do governo com relação à atuação da Igreja. Eles falam da "ingerência da Igreja nos negócios do Estado" e propõem a criação de um grupo interministerial, composto pelo SNI, SG/CSN e Itamaraty para controlar as atividades da Igreja e o ingresso de recursos do exterior para suas atividades.

D. Luciano — Não atribuo essa documentação ao governo, e sim apenas a pessoas dentro desse governo que gostaríamos que pudessem se manifestar, para que recebessem de um modo mais atencioso de nossa parte, e mais completo, respostas às acusações feitas e às dúvidas levantadas. Em segundo lugar, não acredito na criação de uma comissão de acompanhamento das atividades da Igreja, porque ela só poderia nascer

de um ato presidencial e muito me admiraria que o presidente da República, que tem tido muitas oportunidades de acompanhar de perto a atuação da Igreja, tomasse essa decisão.

Folha — O sr. considera, então, que a produção desses estudos revela uma divisão dentro do governo?

D. Luciano — Revela um estágio inicial que reflete, por enquanto, a produção de material por pessoas cuja identidade não foi manifestada, e acho que não são nem do conhecimento da Presidência, pelo que detectamos na audiência ontem realizada, nem chegaram ainda à análise por parte dos órgãos governamentais a quem interessa esse posicionamento.

"Não vemos como seria possível defender um Estado autoritário"

Folha — O que o sr. tem a dizer sobre o ataque ao tratamento dado pela Igreja à questão indígena?

D. Luciano — Precisamos nos irmanar numa intenção clara de favorecer a sobrevivência e o desenvolvimento amplo das atuais populações indígenas. Não podemos aceitar que as terras indígenas sejam abertas sem mais a interesses econômicos que têm por intenção não o bem-estar nacional, mas o favorecimento e a obtenção de lucros para grupos econômicos. Se um dia se tornar indispensável a exploração de algum minério existente apenas em áreas indígenas, é claro que a natureza e a motivação do bem comum justificariam uma atuação nas terras indígenas.

Folha — A Igreja mudou sua posição em relação ao Projeto Calha Norte? Quando o projeto foi divulgado sofreu uma oposição muito grande da CNBB.

D. Luciano — A Igreja tem interesse na paz social e na defesa dessa paz através também do estabelecimento de um bom sistema de defesa de fronteiras e de um constante serviço de vigilância, para evitar toda e qualquer injustiça que possa ser cometida, através do comércio de tóxicos ou da entrada ilícita de pessoas no país, ou comércio ilícito. É necessário que no julgamento da posição da Igreja sobre o tema, se faça a distinção entre o sistema de fronteira e o respeito e promoção das populações indígenas.

Leia a coluna de d. Luciano Mendes de Almeida na pág. A-2 sobre os documentos da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional.

Libertado em Campinas coronel da